

**ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL
SANTOS (SP)**

REGIMENTO INTERNO

Art. 1 - A Associação Atlética Banco do Brasil de Santos (SP), reger-se-á por seu Estatuto, este regimento interno e pelas demais deliberações de seus órgãos;

Art. 2 - O presente regimento interno tem por finalidade estabelecer normas para o uso das dependências do clube, definir atribuições, regulamentar disciplina e complementar a ação do Estatuto Social.

Art. 3 - A obrigatoriedade do cumprimento das normas expressas neste regimento interno será absoluta por parte dos associados, seus dependentes e convidados, sem privilégios ou exceções.

DOS ASSOCIADOS

Art. 4 - A AABB SANTOS (SP) é formada pelas seguintes categorias de associados:

- I. **EFETIVOS** - funcionários do Banco do Brasil, da ativa ou aposentados que recebam benefícios de entidade de previdência complementar patrocinada pelo Banco do Brasil;
- II. **PENSIONISTAS** – que recebam benefícios da PREVI ou do Banco do Brasil;
- III. **PARENTES** - parentes, até terceiro grau, dos associados efetivos;
- IV. **COMUNITÁRIOS** - pessoas da comunidade admitidas até outubro de 2013;
- V. **ESPECIAIS** – funcionários e aposentados do BACEN, oriundos dos quadros do Banco do Brasil, ex-funcionários do Banco do Brasil demissionários reclassificados da categoria de associados efetivos e ex-funcionários oriundos de instituições incorporadas;
- VI. **BENEMÉRITOS** – pessoas que tiverem prestado serviço de excepcional relevância à Associação, indicados pelo Conselho de Administração ao Conselho Deliberativo para homologação por, no mínimo, 2/3 de seus membros;
- VII. **CONVIDADO** – pessoas da comunidade, formalmente indicadas por associado da categoria EFETIVO, cuja admissão ficará condicionada ao interesse, disponibilidade e capacidade da Associação;
- VIII. **MILITANTE** – aqueles atletas que, por prazo determinado, através de apresentação do Vice Presidente de Esportes e aprovação do Conselho de Administração, não pertencentes ao quadro social, forem convidados a representar o clube nas diversas modalidades esportivas, sem que lhes caiba quaisquer direitos políticos;
- IX. **CONVENIADOS** – funcionários de entidades ligadas ao Banco do Brasil e funcionários de subsidiárias do Banco do Brasil, enquanto mantidos os vínculos trabalhistas, mediante convênio firmado entre a AABB e as empregadoras. Poderão ser incluídos nesta categoria, associados de

✓ NO < ✓ 1 ✓ ✓

entidades de classe ou de outra natureza, com representações nesta cidade, em número (quantidade) fixado pelo Conselho de Administração, mediante assinatura de convênio e permanência do vínculo associativo proposto com a entidade conveniada, observados os demais dispositivos deste Estatuto e dos regimentos;

X. USUÁRIOS – pessoas da comunidade sem vínculo com o Banco do Brasil, PREVI ou instituições incorporadas e que pleiteiam o direito de uso do clube, participando das atividades de desporto, cultural, atividade física em geral, a saber: natação, musculação, pilates e outras correlatas. Tais pessoas terão sua admissão condicionada ao interesse, disponibilidade e capacidade da associação, só poderão participar unicamente nos cursos disponíveis e sem prejuízo ou desvio das finalidades da Associação consoante descrito no Artigo 2 desse Estatuto, bem como não prejudicando a personalidade dos associados que constituem a Associação.

§ 1º Fica vedada a instituição de categorias associativas ou venda de títulos de quaisquer denominações ou modalidades que deem ou possam representar conotação de direito patrimonial.

§ 2º Admitir-se-á, em todas as categorias, a modalidade de associado individual

Art. 5 - Para que se efetue a admissão no quadro de associados o proponente terá que:

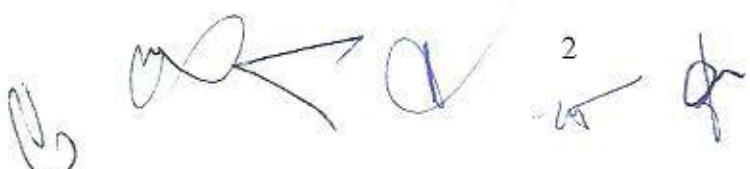
- a) preencher proposta solicitando sua admissão;
- b) anexar documentação comprobatória dos dependentes;
- c) efetuar pagamento da mensalidade em favor da associação;
- d) ter aprovada sua admissão pelo Conselho de Administração;
- e) manter, preferencialmente, conta corrente em uma das agências do Banco do Brasil;

Art. 6 - O associado e o dependente com mais de 5 (cinco) anos de idade deverá portar carteira social.

Parágrafo único - A expedição de 2.ª via da carteira social será feita mediante o pagamento de uma taxa estabelecida pelo Conselho de Administração.

Art. 7 - A readmissão de associado deverá observar a forma prevista para a admissão e estará sujeita ao pagamento equivalente ao valor das mensalidades acumuladas no período em que o mesmo esteve ausente, limitada ao valor de 10 (dez) mensalidades.

Art. 8 - As informações prestadas pelo proponente, quando da apresentação de sua proposta de admissão, são de sua inteira responsabilidade, devendo ser apreciadas dentro do que estabelece este Regimento Interno, sujeitando-se, em caso de informações inverídicas, às sanções previstas em Lei.

A handwritten signature and initials are present at the bottom right of the page. The signature appears to be 'M. A.' followed by a checkmark and the number '2'. There are also other handwritten marks and initials to the right.

DOS DEPENDENTES

Art. 9 - São dependentes dos associados;

- I. o cônjuge;
- II. os, filhos, enteados, tutelados enquanto menores de 24 anos;
- III. o companheiro ou companheira, desde que comprovado pelos meios legais;
- IV. o pai ou mãe, sogro ou sogra acima de 65 anos;
- V. os portadores de necessidade especiais, independentemente da idade, que vivam na dependência econômica e financeira do associado;

§1º - Salvo quanto aos direitos que devem ser exercidos pessoalmente e outros dispositivos do Estatuto ou deste Regimento, gozam os dependentes das mesmas prerrogativas dos associados.

§ 2º A prova da condição de dependente é feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) no caso do item I, certidão de casamento;
- b) no caso do item II, certidão de nascimento e certidão do termo de tutela e certidão de freqüência da faculdade, quando for o caso;
- c) no caso do item IV, documento que comprove o vínculo;
- d) no caso do item V, comprovação médica.

§ 3º O cidadão que perder a qualidade de dependente, só poderá continuar a frequentar a Associação mediante apresentação de proposta dentro das modalidades estabelecidas neste Regimento Interno.

DO REGIME DISCIPLINAR

DAS INFRAÇÕES

Art. 10 - Considera-se infração disciplinar toda ação ou omissão do associado e seus dependentes que comprometa a dignidade e o decoro, prejudique a eficiência do serviço, cause prejuízo de qualquer natureza e não observe as normas estatutárias ou regimentais da Associação.

Parágrafo único - na aplicação da pena levar-se-á em conta os antecedentes e o grau de culpa do acusado, os serviços prestados à Associação, bem como os motivos, as circunstâncias e as consequências da ação ou omissão.

DAS PENALIDADES

Art. 11 - São penas disciplinares;

- I. advertência verbal;
- II. advertência por escrito;
- III. suspensão;
- IV. exclusão;
- V. eliminação.

Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page. There are several signatures, including a large 'OK' and a smaller 'OK' with a checkmark, along with other initials and a small '3'.

§ 1º - os associados serão contatados de forma sigilosa e pessoal, assegurado o direito da ampla defesa e do contraditório.

§ 2º as penalidades previstas nos Incisos II, III, IV e V serão aplicadas após o regular processo administrativo, de acordo com o contido no Regimento Interno e Estatuto Social da Associação.

§ 3º - a pena de suspensão priva o associado de seus direitos, subsistindo as obrigações. Esta pena não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias. A perda temporária dos direitos do associado limita-se à pessoa do infrator, podendo, ainda, ser parcial de forma que ao apenado seja proibido do exercício de determinados direitos, especialmente na área em que a infração foi cometida.

§ 4º - o associado ou dependente, enquanto suspenso, não poderá ingressar nas dependências da Associação ainda que a convite de outro associado ou na condição de visitante.

§ 5º - A aplicação da pena far-se-á sem prejuízo da obrigação de indenizar eventuais danos produzidos direta ou indiretamente à associação ou a outro associado.

§ 6º - a reincidência agrava a pena.

Art. 12 - São competentes para aplicar penalidades:

- I. as de advertência verbal: qualquer membro do Conselho de Administração ou os Diretores presentes, com posterior encaminhamento da ocorrência à Comissão Disciplinar;
- II. Advertência por Escrito: Presidente do Conselho de Administração;
- III. Suspensão: Conselho de Administração
- IV. Exclusão e Eliminação: Conselho Deliberativo

Parágrafo único - O julgamento de infração em que esteja inciso membro do Conselho de Administração, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, será da competência do Conselho Deliberativo.

Art. 13 - São passíveis de punição:

- I. com pena de advertência, os atos que importem em conduta incivilizada aos quais não esteja cominada penalidade mais grave;
- II. com advertência por escrito a:
 - a) reincidência, em uma mesma ocasião, nos atos previstos no item anterior;
 - b) desobediência às determinações e o desacato de qualquer membro do Conselho de Administração ou Diretor;
 - c) agressão física, de natureza leve, ou verbal a convidado, associado, dependente ou funcionário da Associação;
 - d) embriaguez excessiva e o procedimento atentatório contra a moral e os bons costumes;
- III. com pena de suspensão:
 - a) reincidir em infração já punida com advertência por escrito;
 - b) praticar ato de indisciplina considerado grave;
 - c) infringir disposições estatutárias;
 - d) ceder sua identificação social ou de exame médico a terceiros, a fim de lhes facilitar o ingresso nas dependências da Associação;
 - e) desrespeitar, por palavras ou gestos, membros dos poderes diretivos;

(Assinatura)

- f) manifestar-se em termos ofensivos contra a Associação
- IV. com pena de Exclusão:
- o acúmulo de penas de suspensão igual ou superior a 18 meses;
 - o não pagamento há mais de 90 dias, de qualquer débito junto à AABB;
 - a condenação por sentença transitado em julgado, por ato de manifesta improbidade, por crime infamante ou contra os bons costumes;
 - o dano ao clube e não reparo nos termos deste Regimento;
 - a prática, dentro ou fora da Associação, de atos danosos e comprometedores do conceito da Associação;
 - a agressão de natureza grave a convidado, a associado, dependente ou funcionário da Associação.
- V. com pena de Eliminação:
- a prática de beneficiar-se, direta ou indiretamente, em razão do cargo que ocupa, com a contratação de pessoa física para execução de serviços à Associação;
 - a acusação, não comprovada, a qualquer membro do próprio Conselho ou de outro;
 - a infração ao disposto nos artigos que regulam a competência de cada membro que compõe os diversos órgãos da Associação;
 - qualquer ação ou omissão que possa comprometer o patrimônio, prejudicar a eficiência do serviço ou causar prejuízo de qualquer natureza à Associação;
 - praticar atos de indisciplina considerados muito graves;
 - for condenado criminalmente com sentença transitada em julgado.

Art. 14 - O associado excluído poderá ser readmitido:

- na hipótese do art. 13, IV, b, desde que liquide o débito que motivou a exclusão, acrescido dos encargos estabelecidos pelos órgãos competentes;
- nos demais casos, não antes de decorridos 5 (cinco) anos, desde que seja reabilitado pelo Conselho de Administração e Conselho Deliberativo, após o pagamento das devidas taxas.

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 15 - O processo referido no art. 11, § 2º, será instaurado pelo Presidente do Conselho Administrativo, com base em relatório de ocorrência emitido por quem presenciou o fato tido como infração, ou por comissão que o tenha avaliado, e submetido a uma Comissão Disciplinar constituída na forma do art. 19, que procederá de acordo com o seguinte rito:

- notificará o associado da acusação, por meio de correspondência epistolar, para que ele apresente defesa escrita no prazo de 3 (três) dias úteis, indicando provas e arrolando testemunhas;
- após o recebimento da defesa prévia, será designada sessão da Comissão Disciplinar para ouvir o acusado e suas testemunhas, além dos responsáveis pela denúncia e respectivas testemunhas, lavrando-se circunstanciado relato dos fatos;



- III. a falta de apresentação da defesa prévia ou o não comparecimento do associado na reunião, implicará julgamento à revelia;
- IV. os depoimentos, quando for o caso, poderão ser tomados isoladamente;
- V. concluída a fase de instrução do processo, a Comissão Disciplinar emitirá parecer, opinando sobre a absolvição ou sobre a necessidade de aplicação de penalidade, remetendo os autos para o Conselho de Administração.

Art. 16 - O processo administrativo para apurar infrações cometidas por membros dos Poderes da Associação será instaurado pelo Presidente do Conselho Deliberativo, que encaminhará a denúncia ao Conselho Disciplinar por meio de Portaria;

§ 1º - o Conselho Disciplinar procederá de acordo com art. 15 e encaminhará o parecer conclusivo para o Presidente do Conselho Deliberativo;

§ 2º - o julgamento será feito pelo plenário do Conselho Deliberativo, mediante voto da maioria de seus membros.

Art. 17 - Qualquer penalidade imposta deverá ser registrada nos assentamentos do associado, inclusive a aplicada a seu dependente;

Art. 18 - A instauração de processo disciplinar contra dependente menor de 18 anos será comunicada ao associado responsável pelo mesmo, para que acompanhe o feito.

DA COMISSÃO DISCIPLINAR

Art. 19. A Comissão Disciplinar, de caráter permanente, será constituída por 5 (cinco) associados escolhidos pelo Conselho de Administração;

§ 1º - A presidência será definida por seus membros;

§ 2º - A comissão se reunirá com a presença mínima de 3 (três) de seus membros;

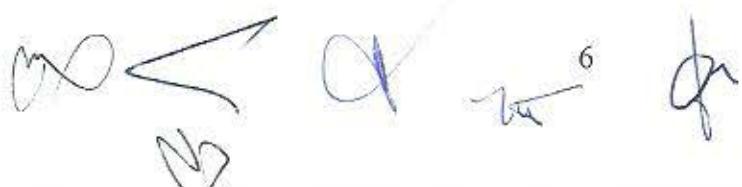
Art. 20 - Nos períodos de "férias" ou "temporada" o Conselho de Administração poderá criar uma Comissão Disciplinar Provisório, constituído por 3 membros, para apreciar as infrações cometidas nas dependências do clube, com os mesmos poderes do Comissão Disciplinar normal.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 21 - O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, quinzenalmente, e extraordinárias sempre que necessárias, convocadas pelo seu Presidente, por seu substituto, ou a requerimento de 3 (três) de seus membros.

Art. 22 - As reuniões serão realizadas com a presença de metade mais um de seus membros e as decisões serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate;

Parágrafo único - Dos trabalhos de cada reunião lavrar-se-á, em documento próprio, ata que será assinada por todos.

Handwritten signatures and initials, including 'M', 'OK', '6', and 'J', are visible at the bottom right of the page.

Art. 23 - A presença às reuniões será anotada em documento próprio, perdendo o mandato o membro que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, sem justificativa de motivos.

DO PRESIDENTE

Art. 24 - Ao Presidente compete, além das atribuições constantes do art. 20 do Estatuto Social:

- I. Dirigir a Associação, superintender, coordenar e fiscalizar o funcionamento de todos os segmentos do Conselho de Administração para a consecução de seus objetivos;
- II. Homologar a criação de novos departamentos ou diretorias em cada vice-presidência bem como a nomeação dos novos Diretores;
- III. Submeter ao Conselho de Administração a criação de novas Vice-Presidências para deliberação em Assembleia Geral;
- IV. Aprovar, com anuênciados demais integrantes do Conselho de Administração, a celebração de Convênios com outras entidades associado-culturais;

DAS VICE-PRESIDÊNCIAS

Art. 25 - Além das atribuições constantes do Estatuto e de outras fixadas pelos órgãos deliberativos e administrativos, compete a cada vice-presidente:

- I. nomear "ad referendum" do Conselho de Administração os diretores de sua área;
- II. assinar com o Presidente do Conselho de Administração a correspondência de sua área;
- III. elaborar a escala de férias dos funcionários de seu setor, compatibilizando-a com a dos demais setores;
- IV. elaborar, em conjunto com o Conselho de Administração, o orçamento anual de sua área e fiscalizar a sua execução;
- V. regulamentar, com o Conselho de Administração, e "ad referendum" do Conselho Deliberativo, o uso de equipamentos e da prática das diversas atividades da sua área de atuação, não contempladas neste Regimento Interno.

Art. 26 - Compete a cada Vice-Presidente especificamente:

- I. Ao Vice-Presidente Administrativo:
 - a) nomear "ad referendum" do Presidente do Conselho de Administração, os diretores de sua área;
 - b) substituir o Presidente do Conselho de Administração em seus eventuais afastamentos de acordo com o estatuto;
 - c) cuidar do controle geral dos serviços da Secretaria bem como do encaminhamento da correspondência recebida e expedida;
 - d) cuidar da administração das relações da Associação com seus empregados, relativamente à admissão, treinamento, demissão bem como fixar os horários de trabalho, folgas, férias, rodízios, etc., dos empregados de sua área e, em conjunto com as demais Vice-Presidências dos empregados a elas vinculados;

A series of handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M', 'L', 'A', '7', and 'DR', are positioned in the bottom right corner of the page.

- e) supervisionar os serviços e atendimento dos restaurantes e dos bares;
- f) cuidar da emissão das carteiras sociais e convites, bem como do acesso dos associados acompanhantes e convidados à Associação;
- g) cuidar dos aspectos legais dos contratos, minutas de documentos, recibos, etc. nas relações da Associação com terceiros de qualquer natureza;
- h) manter sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos às Assembleias Gerais e de atas das reuniões do Conselho de Administração, a documentação legal da Associação e o controle de licenças, alvarás e outros exigidos pelos poderes competentes;
- i) elaborar o relatório anual da Associação a ser remetido ao Conselho Deliberativo;
- j) propor ao Conselho de Administração valores e taxas pela utilização de instalações e serviços da Associação, mantendo o controle de sua cobrança;
- k) assinar com o Presidente do Conselho de Administração a correspondência de sua área;
- l) exercer, quando delegado pelo Presidente do Conselho de Administração, a representação da Associação em juízo ou fora dele;
- m) elaborar o orçamento anual de sua área e fiscalizar a sua execução;
- n) zelar para que todas as comunicações se processem por escrito.

II. Ao Vice-Presidente Financeiro

- a) nomear "ad referendum" do Presidente do Conselho de Administração, os diretores de sua área;
- b) substituir o Presidente do Conselho de Administração;
- c) efetuar o controle dos serviços de tesouraria;
- d) cuidar da programação e da execução da movimentação financeira dos recursos da Associação;
- e) coordenar o fluxo de recursos para as demais vice-presidências, de acordo com o orçamento anual e receber as prestações de contas;
- f) controlar a execução dos serviços de natureza contábil e financeira prestados por terceiros à Associação;
- g) cuidar e ter sob sua guarda os livros e documentos que envolvam a movimentação financeira da Associação.

III. Ao Vice-Presidente Social e Cultural:

- a) nomear "ad referendum" do Presidente do Conselho de Administração, os diretores de sua área;
- b) Planejar, organizar e supervisionar a realização de eventos, atividades sociais, culturais e de lazer;
- c) supervisionar a contratação de artistas, conjuntos musicais, etc. para exibições ou animação de eventos nas dependências da Associação, bem como da prestação de serviços vinculados, tais como decoração, serviços de terceiros, etc.;
- d) orientar e supervisionar, em conjunto com as demais Vice-Presidências, as atividades sociais e culturais em eventos por elas patrocinados;
- e) elaborar, em conjunto com o Conselho de Administração, o calendário anual de eventos sociais e culturais;

- f) organizar as atividades de áreas específicas como o setor jovem, departamento feminino, etc.;
- g) incrementar o desenvolvimento artístico e cultural dos associados;
- h) promover a realização de cursos, treinamentos, palestras, conferências e demais atividades de lazer cultural;
- i) supervisionar a elaboração e publicação do jornal informativo da Associação e demais publicações culturais e sociais;
- j) orientar e supervisionar concursos e exposições ou qualquer outra atividade artística ou cultural, propondo incentivos e premiações;
- k) integrar as ações de sua área às das demais vice-presidências da Associação;
- l) orientar e supervisionar o funcionamento da biblioteca, traçando a política de aquisição de publicações e livros além de propor ao Conselho de Administração a adoção de taxas para a sua utilização;
- m) representar, individualmente ou com o Presidente do Conselho de Administração, a Associação, nos eventos sociais e culturais;

IV. Ao Vice-Presidente Patrimonial:

- a) nomear "ad referendum" do Presidente do Conselho de Administração, os diretores de sua área;
- b) orientar e supervisionar os serviços de manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis da Associação;
- c) elaborar anualmente o inventário do patrimônio da Associação com a apropriação das perdas e depreciações;
- d) supervisionar, juntamente com as demais vice-presidências, o uso dos bens e equipamentos à disposição das mesmas, propondo ao Conselho de Administração a responsabilidade de associados ou empregados pela sua perda ou danos resultante de seu uso anormal;
- e) assinar, em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração, a correspondência de sua área;
- f) elaborar o orçamento anual de sua área e fiscalizar a sua execução.

V. Ao Vice-Presidente Desportivo:

- a) nomear "ad referendum" do Presidente do Conselho de Administração, os diretores de sua área;
- b) organizar e supervisionar a realização de eventos esportivos bem como de atividades destinadas formação e treinamento de atletas;
- c) organizar e propor ao Conselho de Administração o calendário anual de eventos esportivos da Associação;
- d) representar a Associação junto a entidades desportivas oficiais;
- e) indicar ao Conselho de Administração para contratação, pela Associação, de técnicos, treinadores, juizes, massagistas, etc. das diversas modalidades esportivas;
- f) coordenar e supervisionar os horários de funcionamento das diversas instalações esportivas;
- g) coordenar e supervisionar as atividades dos diversos departamentos e fiscalizar o cumprimento dos regulamentos específicos;
- h) orientar, por solicitação dos demais Vice-Presidentes, o uso das instalações esportivas nos eventos por eles organizados;



Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large 'M', a 'K', a '9', and a 'P'.

- i) propor ao Conselho de Administração valores de taxas pela utilização de instalações, materiais e serviços de sua área;
- j) adquirir, com a anuência do Conselho de Administração, os diversos materiais (bolas, camisetas, uniformes, etc.) utilizados na prática das diversas modalidades esportivas;
- k) elaborar com o Vice-Presidente Administrativo a escala de férias dos funcionários do setor;
- l) assinar com o Presidente do Conselho de Administração a correspondência de sua área;
- m) elaborar o orçamento anual de sua área e fiscalizar a sua execução.

DO FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 27 - A Associação permanecerá aberta diariamente em horários fixados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único - A critério das Vice-Presidências os horários poderão ser excepcionalmente prorrogados quando da realização de eventos esportivos, sociais, culturais e recreativos.

Art. 28 - O acesso às dependências do clube só será permitido mediante apresentação da carteira social, de autorização provisória ou de convite na portaria do clube.

Art. 29 - Os convidados poderão ingressar no Clube, em dias normais de funcionamento, mediante apresentação do convite e devidamente identificado por documento de fé pública, com foto, na secretaria do Clube;

Parágrafo único - O associado é responsável pelos atos praticados por seus convidados.

Art. 30 - Não será permitido o ingresso de animais, salvo no caso de exposições;

Art. 31 - Não serão permitidas manifestações de caráter religiosas, raciais ou políticas partidárias no recinto do clube.

DA SECRETARIA

Art. 32 - À Secretaria compete registrar e controlar todos os serviços, inclusive quanto aos empregados, atendendo aos associados, seus dependentes e convidados para quaisquer esclarecimentos relacionados com as atividades do clube.

DOS EMPREGADOS

Art. 33 - A critério do Conselho de Administração, poderão ser promovidas atividades sociais, culturais, desportivas e recreativas de interesse dos empregados da Associação.


Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large 'G', a smaller 'A', and a signature in blue ink.

Art. 34 – É vedado aos empregados da Associação serem admitidos no quadro de associados do clube.

Art. 35 - Cabe aos empregados encarregados da segurança, devidamente identificado, cumprir e fazer cumprir as disposições que lhes forem transmitidas relativas à disciplina, moral e segurança dos associados e de seus bens.

DO FUNCIONAMENTO DOS DEPARTAMENTOS

BARES E RESTAURANTES

Art. 36 – Caberá ao Conselho Administrativo:

- ✓ fiscalizar o funcionamento do bar e restaurante;
- ✓ controlar os preços do bar/ restaurante;
- ✓ acompanhar se o quadro de funcionários do bar e do restaurante atende à demanda, principalmente nos finais de semana;
- ✓ verificar a satisfação do associado quanto a prestação de serviços do bar e restaurante.

Art. 37 - Os serviços do bar e restaurante devem atender aos usuários com toda a cortesia, observando higiene rigorosa e praticando preços compatíveis com o mercado sujeitos a aprovação do Conselho de Administração, supervisionados pela Vice-Presidência Administrativa.

Art. 38 - Os serviços de bares ou restaurantes serão administrados e explorados pela Associação ou por terceiros através do regime de arrendamento.

§ 1º - O arrendamento se fará com empresa do ramo, legalmente estabelecida, e de idoneidade e capacidade financeira comprovadas.

§ 2º - Do contrato deverão constar além das cláusulas normais para tais serviços outras específicas quanto ao uso dos espaços cedidos, prévia homologação de preços guarda e conservação dos bens e equipamentos da Associação, despesas de conservação, resarcimento de danos causados, etc.

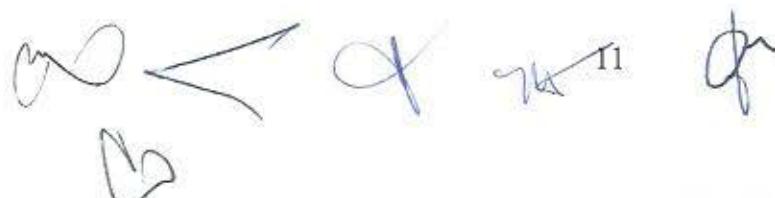
§ 3º - A concessionária deverá exibir mensalmente à Associação os recibos de pagamento dos impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas de sua responsabilidade.

DOS SALÕES DE FESTA

Art. 39 - Os salões de festas serão utilizados nas programações sociais e culturais.

Art. 40 - Os convites, ingressos e as reservas de mesas para os eventos sociais e culturais deverão ser adquiridos pelo associado, na secretaria do Clube ou em outro local previamente estabelecido,

Parágrafo Único - O acesso de não associados para eventos sociais e culturais estará sujeito ao pagamento de uma taxa previamente estabelecida pelo Conselho de Administração;



Art. 41 - Os salões de festa poderão ser locados para solenidades fora da programação das atividades do Clube, mediante o pagamento de taxa pré-estabelecida pelo Conselho de Administração;

§ 1º - Do contrato de locação dos salões de festas deverá constar cláusula que responsabilize o locatário por qualquer dano causado ao Clube, decorrente do uso de suas instalações.

§ 2º - O uso das instalações será limitado às áreas estritamente necessárias ao evento, sendo vedada a utilização das demais dependências do Clube.

DAS CHURRASQUEIRAS

Art. 42 - Ao associado é permitido utilizar as áreas de churrasqueiras para a realização de festividades particulares, desde que não impeça a utilização das áreas comuns por qualquer outro associado.

Parágrafo Único - A utilização das áreas de churrasqueiras depende de reserva antecipada e pagamento de taxa estabelecida pelo Conselho de Administração.

DA SINUCA

Art.43 – Na sala de sinuca poderá ser cobrada uma taxa mensal para utilização das taqueiras, a ser estabelecida pelo Conselho de Administração;

Art.44 – Os associados e eventuais frequentadores deverão observar as normas de conduta, respeitando tempos e condições estabelecidos para a utilização dos equipamentos.

Art.45 - É proibida a aposta, sob qualquer hipótese, incorrendo em falta grave aqueles que a praticarem.

Art. 46 - Periodicamente a AABB, a critério da Vice-Presidência de Esportes, poderá promover torneios classificatórios, com o objetivo principal de atualização do ranking;

Art. 47 - Os torneios promovidos na AABB poderão ser regidos pelas regras da Federação Brasileira de Bilhar e Sinuca, a critério do Conselho de Administração.

DA QUADRA

Art. 48 - A utilização da quadra será preferencialmente dos associados e seus dependentes, e será feita compatibilizando-se lazer com jogos e treinos das equipes e seleções do Clube;

Art. 49 - Nas competições esportivas será vedado o uso das demais dependências do Clube aos componentes das delegações visitantes, salvo quando se tratar de outra AABB;

Art. 50 - Eventualmente poderá o Clube utilizar a quadra para outras programações de seu interesse;

Art. 51 - A não ser em partidas oficiais ou amistosas com outras equipes a Associação não fornecerá uniformes para os usuários, concedendo-lhes apenas as bolas estritamente indispensáveis;

Art. 52 - O atleta deverá estar uniformizado para as competições oficiais, sendo vedado o uso de equipamentos e vestuário inadequados.

DO PARQUE AQUÁTICO

Art. 53 - O exame médico é obrigatório e deverá ser renovado de conformidade com os preceitos da Secretaria de Saúde do Estado e do Município de Santos (SP);

Parágrafo Único - É irrecorável a qualquer instância do Clube a decisão médica vedando o uso da piscina;

Art. 54 - Para o ingresso no parque aquático é obrigatória a apresentação da carteira social, acompanhada de comprovante de exame médico;

Art. 55 - Deverá o associado ou dependente submeter-se a novo exame médico, mesmo que o prazo de sua ficha não tenha expirado, caso venha a adquirir moléstia infecto-contagiosa ou qualquer ferimento;

Art. 56 - A frequência de menores no parque aquático será de exclusiva responsabilidade de seus pais ou responsáveis, eximindo-se o Clube, ou seus dirigentes, por qualquer acidente que porventura venha a ocorrer;

Art. 57 - Todo o usuário do parque aquático deverá passar pela ducha na entrada da piscina;

Art. 58 - É proibido no parque aquático:

- I. empurrar ou carregar pessoas para atirá-las na água;
- II. simular lutas;
- III. praticar desportos fora de competições oficiais;
- IV. usar sabonetes ou similares;
- V. praticar atos contra a boa higiene;
- VI. utilizar qualquer tipo de boias, exceto na piscina infantil;
- VII. levar comidas ou bebidas, bem como utilização de copos ou garrafas de vidro.

DA BRINQUEDOTECA

Art. 59 – A brinquedoteca só poderá ser utilizada por crianças até sete anos de idade e nos horários fixados pela Associação;

Art. 60 – Os responsáveis deverão acompanhar de perto as crianças enquanto estiverem na brinquedoteca;



Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page. The initials 'M' and '13' are written in blue ink, with '13' being circled. There are also other cursive signatures in black ink.

Art. 61 – Os danos causados por uso improprio das instalações e/ou brinquedos serão resarcidos pelos responsáveis.

DA BARRACA DE PRAIA

Art. 62 – Sob a responsabilidade do diretor de barraca o seu funcionamento se dará aos sábados, domingos e feriados;

Art. 63 – Será de uso exclusivo dos associados e seus dependentes, podendo ser também frequentada por colegas de outras agências do BB, que estejam em férias nesta cidade.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 64 - Os atletas, associados e dependentes são responsáveis pelos materiais que lhes for entregue para jogos, treino ou lazer obrigando-se a indenizar a Associação no caso de dano ou extravio.

Art. 65 - Os associados elencados no artigo 7º do Estatuto Social, a qualquer momento, poderão solicitar, por escrito ao Conselho de Administração, informações sobre os registros financeiros e administrativos da Associação. Sendo vedada a reprodução dos registros por qualquer meio.

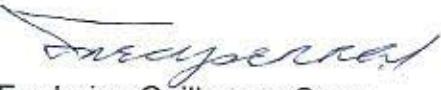
Art. 66 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas serão resolvidos pelo Conselho de Administração, ouvido o Conselho Deliberativo.

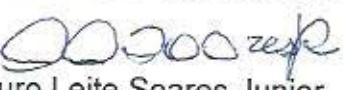
Art. 67 - Este Regimento Interno poderá ser alterado, no todo ou em parte, em reunião do Conselho Deliberativo especialmente convocado para tal fim.

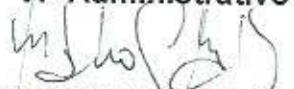
Art. 68 - Os regulamentos que vierem a ser aprovados para disciplinar modalidades não previstas neste Regimento dele passarão a fazer parte integrante sob a forma de anexos.

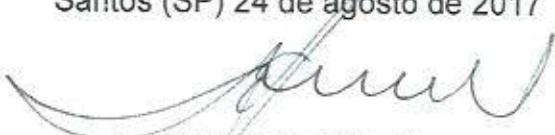
Art. 69 - Este Regimento, aprovado na reunião do dia 18/08/2017 do Conselho Deliberativo, entra em vigor a partir dessa data.

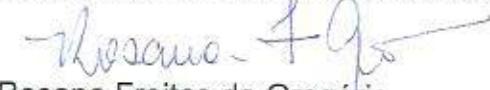
Santos (SP) 24 de agosto de 2017


Frederico Guilherme Serra
Presidente Conselho Administração


Lauro Leite Soares Junior
VP Administrativo


Marcilio Salgado Malheiros
VP Financeiro


Ednaldo Neri De Lima
Presidente Conselho Deliberativo


Rosana Freitas de Gregório
VP Cultural


Raimundo Pereira Sousa Filho
VP Esportes